

INSTITUTO SANTA LUZIA
CNPJ: 92.871.888/0001-56
PORTO ALEGRE - RS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

A T I V O
(em Reais 1)

	NOTA	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		<u>3.354.989</u>	<u>3.020.085</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Restrição	4	1.731.837	1.100.606
Caixa e Equivalentes de Caixa - Com Restrição	4	54.899	33.559
Valores a Receber - Sem Restrição	5	1.549.859	1.592.586
Valores a Receber - Com Restrição	5	-	38.768
Adiantamento de Férias		8.219	236.865
Créditos Tributários	6	10.176	17.702
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>439.687</u>	<u>376.018</u>
Depósitos Judiciais		74.110	49.557
Investimentos	7	1.740	1.520
Imobilizado	8	363.837	324.941
TOTAL DO ATIVO		<u>3.794.677</u>	<u>3.396.103</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

INSTITUTO SANTA LUZIA
CNPJ: 92.871.888/0001-56
PORTO ALEGRE - RS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO
(em Reais 1)

	NOTA	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE		874.956	941.594
Fornecedores	9	8.499	42.908
Obrigações Trabalhistas	10	339.080	277.400
Provisões Trabalhistas	11	429.400	438.372
Empréstimos e Financiamentos	12	-	57
Obrigações Fiscais e Tributárias	13	73.163	105.418
Receitas Antecipadas	14	24.815	54.995
Convênios/Subvenções a Repassar	15	-	22.444
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	2.919.721	2.454.509
Patrimônio Social		2.454.509	2.472.182
Superávit/Déficit do Período		465.212	(17.673)
TOTAL DO PASSIVO		3.794.677	3.396.103

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

INSTITUTO SANTA LUZIA
CNPJ: 92.871.888/0001-56
PORTO ALEGRE - RS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
(Em Reais 1)

	NOTA	2025	2024
RECEITA EDUCAÇÃO		<u>10.436.270</u>	<u>8.485.245</u>
Serviços Educacionais		9.853.344	7.973.837
Doações e Contribuições		83.315	74.668
Demais Receitas		499.611	436.740
RECEITA ASSISTÊNCIA SOCIAL - COM RESTRIÇÃO	17	<u>305.935</u>	<u>254.654</u>
Subvenções e Convênios		305.935	254.654
DEDUÇÕES DA RECEITA DE EDUCAÇÃO		<u>(2.459.969)</u>	<u>(1.997.917)</u>
Bolsas 100% - CEBAS	19a	(1.177.354)	(879.894)
Bolsas 50% - CEBAS	19a	(324.040)	(409.634)
Devoluções/Descontos Incondicionais		(7.922)	(1.928)
Descontos Concedidos		(950.653)	(706.461)
RECEITA LÍQUIDA		<u>8.282.237</u>	<u>6.741.982</u>
CUSTOS EDUCACIONAIS		<u>(4.729.625)</u>	<u>(3.762.246)</u>
Serviços Educacionais		(4.729.625)	(3.762.246)
CUSTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	19b	<u>(2.190.602)</u>	<u>(2.054.353)</u>
Projetos de Assistência Social		(1.977.605)	(1.799.699)
Subvenções - Com Restrição		(212.997)	(254.654)
SUPERÁVIT BRUTO		<u>1.362.010</u>	<u>925.383</u>
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(896.798)</u>	<u>(943.055)</u>
Despesas Gerais e Administrativas		(1.136.771)	(1.046.626)
Resultado Financeiro	20	172.056	99.820
Receita Trabalhos Voluntários	24	245.221	369.657
Despesas Trabalhos Voluntários	24	(245.221)	(369.657)
Vendas de Recicláveis		210	-
Aluguéis e Ganhos na Venda do Imobilizado		67.708	3.750
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO		<u>465.212</u>	<u>(17.673)</u>

Angela Pan
Presidente
CPF: 240.557.009-20

Fernando Luis Mazur
Contador
CRC/PR 045.321/O-0

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

INSTITUTO SANTA LUZIA
CNPJ: 92.871.888/0001-56
PORTO ALEGRE - RS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais 1)

DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	SPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	TOTAL
SALDOS EM 31/DEZ/2023	2.270.342	201.840	2.472.182
Reversão do Resultado para o Patrimônio Social	201.840	(201.840)	-
Déficit do Período	-	(17.673)	(17.673)
SALDOS EM 31/DEZ/2024	2.472.182	(17.673)	2.454.509
Reversão do Resultado para o Patrimônio Social	(17.673)	17.673	-
Superávit do Período	-	465.212	465.212
SALDOS EM 31/DEZ/2025	2.454.509	465.212	2.919.721

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

INSTITUTO SANTA LUZIA
CNPJ: 92.871.888/0001-56
PORTO ALEGRE - RS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

(Em Reais 1)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do Período	465.212	(17.673)
Depreciação e Amortização	81.264	60.417
Resultado Líquido Ajustado	546.476	42.744
Variações de Valores a Receber	30.385	252.881
Variações nos Adiantamentos Concedidos	240.988	(68.793)
Variações nos Valores a Recuperar	7.526	-
Variações nas Contas Convênios e Subvenções a Receber	38.768	-
Variações nas Contas de Valores a Receber Não Circulante	(24.553)	-
Variações nas Contas com Fornecedores	(34.409)	35.774
Variações nas Obrigações Fiscais e Tributárias	(32.255)	33.647
Variações nas Obrigações Trabalhistas	52.708	130.975
Variações nas Contas Convênios e Subvenções a Repassar	(22.444)	22.444
Variações nas Receitas Antecipadas	(30.180)	20.486
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	773.009	470.156
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações no Ativo Imobilizado	(120.161)	(160.876)
Investimentos	(220)	(220)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(120.381)	(161.096)
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variações em Empréstimos e Financiamentos	(57)	(1.777)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	(57)	(1.777)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	652.571	307.283
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(652.571)	307.283
No Início do Período	1.786.736	826.882
No Final do Período	1.134.165	1.134.165

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

INSTITUTO SANTA LUZIA
CNPJ: 92.871.888/0001-56
PORTO ALEGRE – RS

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO SANTA LUZIA, localizado a Av. Cavalhada, nº. 3999, bairro Cavalhada, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

Instituição civil de direito privado de fins não econômicos, de natureza associativa, filantrópica, de caráter beneficente, de assistência social e de educação, com atividade preponderante de educação, registrada no Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Porto Alegre/RS, aos 07 de junho de 1941, sob o nº. 482, Livro A nº. 2, fls. 95, e posteriores alterações, inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e no CNPJ sob o nº. 92.871.888/0001-56.

NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial:

- a) Princípios de Contabilidade;
- b) Resolução 1.409/12 – ITG 2002(R1) – Entidades sem finalidade de lucros;
- c) Resolução 1.255/09 – NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas;
- d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26(R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- e) Resolução 1.374/11 – NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL para elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis.

NOTA 03. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Dentre as principais políticas contábeis adotadas para a preparação das Demonstrações Contábeis, ressaltamos:

a) Apuração do Resultado

O Resultado é apurado pelo regime de competência do exercício e considera os rendimentos, os encargos e os efeitos calculados por índices e taxas oficiais, ou variações incidentes sobre os ativos e passivos e os efeitos dos ajustes dos ativos ao valor de realização, quando aplicável.

b) Mensalidades a Receber

Demonstrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os respectivos rendimentos e variações monetárias até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis, bem como ajustado pelas Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa.

c) Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa

Foram constituídas e julgadas suficientes para fazer face a possíveis perdas, com base nos valores a receber acima de 365 dias, considerados incobráveis ou de difícil realização.

d) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição, atualizados conforme disposições legais ou contratuais, ajustados ao valor provável de realização.

e) Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de exigibilidade, ajustados ao valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pro-rata-die".

Os Direitos de férias adquiridos e encargos sociais foram constituídos em montante julgado suficiente para cobertura dessas obrigações com os funcionários, considerando os períodos vencidos e os proporcionais, apropriadas até a data de encerramento do balanço.

NOTA 04. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição de Caixa e Equivalentes de Caixa discriminam-se da seguinte forma:

SEM RESTRIÇÃO

DESCRIÇÃO	2025	2024
Caixa	1.389	883
Bancos	91.926	70.883
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	1.638.522	1.028.841
TOTAL	1.731.837	1.100.606

COM RESTRIÇÃO

DESCRIÇÃO	2025	2024
Bancos	20	15
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	54.879	33.544
TOTAL	54.899	33.559

NOTA 05. VALORES A RECEBER

Demonstrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os respectivos rendimentos e variações monetárias até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis, bem como ajustados pela Provisão para Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa. O saldo do balanço patrimonial está assim composto:

SEM RESTRIÇÃO

DESCRIÇÃO	2025	2024
Mensalidade Escolar Exercício 2019	-	276.884
Mensalidade Escolar Exercício 2020	-	404.753
Mensalidade Escolar Exercício 2021	155.143	166.981
Mensalidade Escolar Exercício 2022	117.600	136.884
Mensalidade Escolar Exercício 2023	176.607	195.869
Mensalidade Escolar Exercício 2024	59.963	86.908
Mensalidade Escolar Exercício 2025	595.097	-
Empréstimo Consignado a Receber	-	12.342
Contraturno	57.358	18.634
Negociação Escolar	466.053	459.526
Serviços de Secretaria	3.513	3.513
(-) PCLD	(81.475)	(169.707)
TOTAL	1.549.859	1.592.586

COM RESTRIÇÃO

DESCRIÇÃO	2025	2024
FASC 2	-	38.768
TOTAL	-	38.768

NOTA 06. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Contabilizado o valor do INSS a recuperar pago em duplicidade, ainda não compensado ou recuperado.

NOTA 07. INVESTIMENTOS

Contabilizado o valor da Cota Capital Banco Cooperativo Sicredi.

NOTA 08. IMOBILIZADO

Os bens da Entidade estão registrados pelo seu valor histórico e são depreciados linearmente, conforme demonstrado no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	TAXA DE DEPRECIÇÃO	2025	2024
Imóveis	4,00%	27.060	27.060
Móveis e Utensílios	10,00%	653.737	599.394
Máquinas, Equipamentos e Instalações	10,00%	627.460	627.460
Computadores e Periféricos	20,00%	472.363	406.546
Veículos	20,00%	73.700	73.700
Outras Imobilizações	10,00%	106.087	106.087
(-) Depreciações Acumuladas		(1.596.570)	(1.515.306)
TOTAL		363.837	324.941

NOTA 09. FORNECEDORES

Estão registrados a valores originais, de acordo com o regime de competência. Os valores a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

NOTA 10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Estão registrados a valores originais, de acordo com o regime de competência:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Salários a Pagar	251.320	238.703
FGTS a Recolher	76.687	37.069
Mensalidade e Contribuição Sindical	1.062	829
Rescisões Contratuais a Pagar	3.360	0
Empréstimo Crédito do Trabalhador	5.417	0
TOTAL	339.080	277.400

NOTA 11. PROVISÕES

Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

DESCRIÇÃO	2025	2024
Provisões para Férias	389.200	405.900
Provisões para FGTS s/ Férias	40.200	32.472
TOTAL	429.400	438.372

NOTA 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A entidade mantém convênio com instituição financeira para concessão de empréstimo, com desconto e folha de pagamento. A concessão está condicionada à liberação, por parte da administração, da

margem consignável que representa o valor máximo do salário que o empregado pode comprometer mensalmente com o empréstimo.

NOTA 13. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

Estão registrados a valores originais, de acordo com o regime de competência.

DESCRIÇÃO	2025	2024
INSS a Recolher - Empregados	31.628	56.931
PIS/COFINS e CSLL a Recolher	1.148	1.119
INSS a Recolher - Autônomos	674	552
INSS a Recolher - Prestação de Serviços	1.508	1.409
IRRF a Recolher - Empregados	37.070	44.815
IRRF a Recolher - PJ	330	271
IRRF a Recolher - Autônomos	-	-
ISS a. Recolher	805	320
TOTAL	73.163	105.418

NOTA 14. RECEITAS ANTECIPADAS

As antecipações de mensalidades educacionais correspondem aos valores nominais de parcelas de anuidades escolares relativas ao ano de 2026, recebidas antecipadamente.

NOTA 15. VERBAS DE CONVÊNIOS COM RESTRIÇÃO

A Entidade, na consecução dos seus objetivos sociais, recebe auxílios e subvenções do Poder Público. No período, os valores discriminam-se como segue:

DESCRIÇÃO	2025	2024
FASC 2	-	22.395
EMENDA PARLAMENTAR	-	48
TOTAL	-	22.444

Resumo das Verbas de Convênios do exercício de 2025, com saldo remanescente em 31 de dezembro de 2025:

CONVÊNIO	SALDO EM 31/dez./2024	RECURSO RECEBIDO	RECURSO UTILIZADO	SALDO EM 31/dez./2025
FASC 2	22.395	283.540	305.935	-
EMENDA PARLAMENTAR	48	-	48	-
TOTAL	22.444	283.540	305.984	-

Os recursos obtidos por Convênios (com entidades públicas e privadas) e a sua aplicação, quando destinados a projetos específicos, são contabilizados em contas patrimoniais.

NOTA 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(i) Patrimônio Social

O Patrimônio Social refere-se ao resultado apurado em cada período, incorporado para manutenção dos objetivos sociais da Entidade.

(ii) Superávit do Período

O resultado do período está sendo mantido em conta específica, enquanto não aprovado pela assembleia de associadas. Após sua aprovação, será transferido definitivamente para o Patrimônio Social.

(iii) Não Remuneração de Membros de sua Diretoria

O Instituto não remunera os membros componentes de sua diretoria, conselheiras, associadas, sócias benfeitoras ou equivalentes e não distribui ou concede vantagens sob nenhuma forma, nos termos do Artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN).

NOTA 17. RECEITA BRUTA ASSISTÊNCIA SOCIAL – COM RESTRIÇÃO

O Instituto Santa Luzia, na consecução dos seus objetivos sociais, recebe auxílios e subvenções do Poder Público. No período, os valores discriminam-se como a seguir:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Fasc II – PCD	305.935	234.703
Emenda Parlamentar	-	19.952
Total	305.935	254.654

NOTA 18. BENEFÍCIOS FISCAIS

Na condição de Entidade sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, nos termos da legislação vigente, se beneficiou do não recolhimento de tributos e contribuições. A seguir, estão estimados os principais benefícios obtidos nos períodos:

DESCRIÇÃO	VALOR	
	2025	2024
Cota patronal da contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS+ SAT+TERCEIROS	1.079.886	1.018.569
IRPJ	92.303	262.197
CSLL	41.869	-
COFINS	322.266	-
Total	1.538.349	1.280.766

NOTA 19. CRITÉRIOS DE APURAÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS EM FILANTROPIA

A partir de 17 de dezembro de 2021, com o início da vigência da Lei Complementar nº. 187/2021, revoga a Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, dispõe sobre a certificação de entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes a imunidade de contribuições à seguridade social.

Por sua natureza filantrópica, e em cumprimento aos seus objetivos sociais, a Instituição se enquadra nos preceitos dessa nova legislação.

Gratuidades

A Entidade mantém critérios de avaliação social para aplicação de recursos em filantropia, cujos benefícios são concedidos das seguintes formas:

I. Gratuidades Total ou Parcial das Mensalidades.

Promovida através do Programa de Concessão de Bolsas de Estudos, de acordo com os critérios estabelecidos no Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 187 de 17/dez/2021, da seguinte forma:

Art. 19. As entidades que atuam na área da educação devem comprovar a oferta de gratuidade na forma de bolsas de estudo e de benefícios.

§ 1º As entidades devem conceder bolsas de estudo nos seguintes termos:

I - Bolsa de estudo integral a aluno cuja renda familiar bruta mensal per capita não exceda o valor de 1,5 (um inteiro e cinco décimos) salário mínimo;

II - Bolsa de estudo parcial com 50% (cinquenta por cento) de gratuidade a aluno cuja renda familiar bruta mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos.

III. Valores das Prestações Bolsas Escolares:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Bolsas 100% - CEBAS	1.177.354	879.894
Bolsas 50% - CEBAS	324.040	409.634
TOTAL	1.501.394	1.289.528

A aplicação deu-se através de bolsas de estudos conforme a LC 187/2021. Os gastos com gratuidades estão demonstrados pelos seus valores originais. Os gastos com gratuidades referem-se à parcela dos gastos gerais operacionais, destacada em separado, os quais foram avaliados com base no custo dos projetos assistenciais desenvolvidos pela Entidade.

PROPORÇÃO DE ALUNOS	2025
Total de Alunos Matriculados	572
Total de Alunos com Bolsas Integrais - 100%	50
Total de Alunos PcDs com Bolsas Integrais - 100%	27
Total de Alunos Pagantes	495
Total de Alunos com Bolsas Integrais – 100%	50
Total de Alunos com Bolsas Parciais – 50%	42
Total de Alunos PcDs com Bolsas Integrais – 100% peso 1,2	32
Total de Alunos Bolsistas	124
Número Mínimo de Alunos a serem beneficiados 1 a cada 9 pagantes	55
Número Mínimo de Alunos a serem beneficiados 1 a cada 5 pagantes	99

O Instituto Santa Luzia, mantém a escrituração contábil segregada por área de atuação, evidenciando o patrimônio líquido, as receitas, os custos e as despesas de cada atividade desempenhada.

II. Assistência Social: consiste na prestação gratuita de serviços de assistência social, educacional, desenvolvidos em núcleos assistenciais beneficentes, através de projetos administrados diretamente pela Instituto Santa Luzia.

O Instituto Santa Luzia atua na atividade de Assistência Social em projetos, programas e serviços específicos. Nos termos do Artigo nº 29 da Lei Complementar nº. 187/2021, com alterações subsequentes, estes serviços e ações socioassistenciais são realizados de forma gratuita, continuada e

planejada para os usuários e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação, para crianças, jovens e adultos.

b) Gastos e Despesas com Atividade de Assistência Social Exercício de 2025

1. Descrição: <u>Atendimento Socioeducacional e Assistencial à Pessoa com Deficiência</u> Atendimento integral e multiprofissional, visando contribuir com a habilitação e reabilitação da criança e do adolescente, bem como o desenvolvimento de habilidades pessoais de forma a alcançar uma vida autônoma e independente, através da articulação de direitos e recursos da política da Assistência Social.
Público: Alunos com deficiência visual.
Recursos: R\$ 1.977.604,99 de recursos próprios
Recursos: R\$ 212.997,38 FASC
Número de atendidos: 27
Parceria: Fundação de Assistência Social e Cidadania/Rede Própria e Conveniada (FASC); Ministério Público (MP); Conselho Tutelar (CT); 1ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE); Postos de Saúde/POA-RS; Escolas POA/RS.
Resultados (Qualitativos) Inserção social da criança e do adolescente com necessidade visual ao mesmo tempo que acolhida os demais estudantes para com os que se apresentam com estas dificuldades priorizando o respeito, a compreensão, acolhida, solidariedade, responsabilidade e o envolvimento das famílias e de toda a comunidade educativa.

NOTA 20. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro discrimina-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Receitas financeiras:		
Descontos Obtidos	-	535
Multas sobre Mensalidades	25.384	26.077
Rendas de Aplicações Financeiras	177.844	107.431
TOTAL (a)	203.228	134.042
Despesas Financeiras:		
Despesas Bancárias	25.536	23.465
IOF	3	-
Juros Pagos ou Incorridos	5.634	10.757
TOTAL (b)	31.173	34.222
(a)-(b)	172.056	99.820

NOTA 21. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, o Instituto Santa Luzia efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros.

NOTA 22. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Em atendimento a NBC TG 25(R2) do Conselho Federal de Contabilidade, e respaldado por documentos recebidos da Assessoria Jurídica constando os processos judiciais trabalhistas, fiscais e

cíveis que a entidade possui e a avaliação profissional sobre a situação provável com suficiente segurança da perda desses valores, se confirmou que não há necessidade de constituição de provisão para contingências.

NOTA 23. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Direção da entidade não tem conhecimento de qualquer evento que possa impactar de alguma forma suas atividades após o encerramento do balanço do ano de 2025 até o momento da emissão das demonstrações contábeis.

NOTA 24. SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS

Em atendimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 1.409 - ITG 2002 (R1), destinada para Entidades sem Fins Lucrativos, relatamos as informações de gratuidade dos serviços voluntários aplicados na Entidade durante o exercício de 2025. Foi utilizado o Salário base da Convenção Coletiva como base para cálculo do trabalho voluntário, totalizando R\$ 245.221 (Em 2024 R\$ 369.657).

NOTA 25. PROCESSOS DE RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Entidade possui CEBAS, processo nº. 23.000.040964/2018-23, deferido, válido de 01/01/2019 a 31/12/2021 conforme Portaria nº 1.126 de 23 de dezembro de 2022, DOU de 26 de dezembro de 2022, pág.59 da Seção 1, protocolou tempestivamente em 03/12/2021 processo de renovação, sob o nº. 000244.0036852/2021, para o período de 01/01/2022 a 31/12/2024, e protocolou tempestivamente novo processo de renovação em 18/12/2024 sob o nº 000244.0331179/2024 para a validade de 01/01/2025 a 31/12/2027, os processos de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social encontram-se em análise pelo Ministério de Educação.

NOTA 26. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da Entidade autorizou a conclusão e publicação das presentes Demonstrações Contábeis.

Porto Alegre (RS), 31 de dezembro de 2025.

Ângela Pan
Presidente
CPF nº. 240.557.009-20

Fernando Luís Mazur
Contador
CRC/PR 045.321/O-0



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Associadas e Diretoras do
INSTITUTO SANTA LUZIA
Porto Alegre/RS

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis do **Instituto Santa Luzia**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas e práticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

A auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas e outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o relatório da administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração do **Instituto Santa Luzia** é responsável pela elaboração das Demonstrações Contábeis e pelos controles internos, que ela determinou como necessários



para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas



conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos, que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 01 de abril de 2026.

**AC&C CONTADORES E AUDITORES
ASSOCIADOS
CRC-PR nº. 010029/O-5**

**ANTONIO CLAUDECIR BIAZOTTO
Contador
CRC-PR-047.074/O-6**